

Como tudo começou? Apontamentos históricos sobre a Implantação do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1952-1965)

Fernando de Souza Coelho - EACH-USP

Alexandre Mendes Nicolini - UNIGRANRIO

Resumo

Este artigo baseia-se em excertos das teses de doutorado dos autores, as quais, em alguns capítulos, versam sobre a história do ensino de graduação em Administração Pública (AP) no Brasil. O objetivo do trabalho é descrever e analisar o período entre 1952 e 1965 que, de acordo com Coelho (2006), circunscreve o 1º Ciclo de tal formação acadêmica no país. Em síntese, o texto aponta que, diante de um pró-ciclo estatal e favorecido pela assistência técnica norte-americana, o bacharelado em administração pública irradiou-se no Brasil; nascido sob o signo da administração científica aplicada ao setor público na EBAP em 1952, esse curso reproduziu-se em instituições de educação superior pelo país, preponderantemente nas universidades federais, com a ascendência da administração para o desenvolvimento, na medida que aos processos administrativos do governo agregavam-se as funções econômico-sociais do Estado.

1. Os primeiros cursos de graduação em Adm. Pública no Brasil: pionerismo da EBAP¹

Com a instalação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) na Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (FGV-RJ), o ensino superior – regular – de administração pública dava os primeiros passos de sua história no Brasil. O curso de graduação dessa instituição, o único do gênero no país (e na América Latina) então, deparar-se-ia com as responsabilidades e dificuldades de seu pioneirismo. Na afirmação de Benedicto Silva – co-fundador da EBAP –, a concepção desta escola “(...) era um projeto quixotesco, primeiro, porque não havia professores de administração [na acepção de *management*]. Segundo, não havia literatura dessa área do conhecimento em língua portuguesa. Finalmente, não havia estudantes interessados; (...) [no fundo] a imaginação funcionava mais do que o conhecimento de fato.” (apud D’ARAÚJO, 1999, p. 112-113, grifo nosso).

Inevitavelmente, a EBAP sobrepunha – em seu decênio inicial – tarefas árduas hoje esmaecidas pelo tempo: forjou o currículo da graduação em administração pública; formou docentes neste campo do saber; ensinou a tradução de obras e a publicação de manuais, monografias e artigos para constituir uma literatura adequada e especializada à formação acadêmica em AP; incorporou disciplinas de conteúdo e aplicações novas no contexto nacional; logrou recrutar nacionalmente um alunado disposto a investir numa carreira que ainda encontrava-se em vias de definição; e pugnou pelo reconhecimento do ensino de administração e pela regulamentação da profissão de administrador no país.²

Ante esses óbices, a graduação da EBAP – destinada a formar egressos do ensino secundário em bacharéis para o exercício de funções administrativas tanto nos órgãos públicos da administração direta quanto nas autarquias, empresas públicas e de economia mista – utilizou-se, no triênio 1952-1954, de campanhas publicitárias e da concessão de bolsas de estudo³ para atrair candidatos que preenchessem, suficientemente, as vagas do curso. Enquanto os cursos de direito, economia e engenharia oferecidos pelas escolas tradicionais acenavam com carreiras consolidadas, a EBAP empenhava-se em divulgar-se, publicizando a importância, o valor e o significado do ‘administrador profissional’.

Com dotação orçamentária da FGV e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e recursos financeiros da ONU, além de um fundo de bolsas instável mantido por organizações como Petrobrás, SENAC e governos estaduais, a EBAP desenvolveu-se desde seu estabelecimento até o término dos anos cinquenta⁴, simbolizando o início da formação acadêmica em administração pública no país, em três aspectos:

¹ Para um compêndio dos antecedentes da implantação da EBAP, ver o artigo: COELHO, F. *Revisitando as Origens do Ensino de Graduação em Administração Pública no Brasil (1854-1952)*. In: Anais ENAPG, Salvador, 2008.

² Para uma síntese sobre a história da EBAP, ver o documento *EBAPE, a escola que faz escola*, publicado na RAP, jan./fev. 2002, p. 151-155. Também, os 50 anos desta escola é, detalhadamente, relatado – por depoimentos – no livro de Boemy e Motta (2002).

³ Em 1954, a EBAP instituiu 12 bolsas de estudo de Cr\$ 2.000 mensais (na época, o salário mínimo era de Cr\$ 2.400) que contemplavam os melhores candidatos que se apresentassem para matrícula. Além dessa quantia, o benefício incluía vantagens na aquisição do material didático e descontos no refeitório. Costa (1984) afirma que esse subsídio (além do vestibular nacional que vigorou até 1961) tornou possível a vinda de alunos de diversos estados do país ao bacharelado da EBAP, dando-lhe um cunho de curso efetivamente nacional (p. 53). Depreende-se, adicionalmente, que com 25 vagas/ano e 12 bolsas de estudos anuais, quase metade dos alunos recebia o auxílio.

⁴ Esse desenvolvimento, porém, foi inconstante. Com o término, em 1956, do convênio com a ONU, e diante da insuficiência das dotações orçamentárias advindas da FGV e do MEC, a EBAP, nos anos de 1957 e 1958, afrouxou-se: declinou o número de alunos na escola e mitigaram-se as atividades de pesquisa e extensão.

- I. No emprego de docentes estrangeiros e brasileiros com instrução e vivência em administração pública, dedicados, em período integral, ao ensino, pesquisa e extensão neste campo do saber;
- II. Na organização de uma ‘biblioteca’ de administração pública, com a catalogação de um acervo basilar e com a publicação (incluindo a tradução) de manuais, revistas e relatórios de investigação. Destaca-se a série ‘Cadernos de Administração Pública’ lançada em 1954, a qual editou cerca de cinquenta títulos antes de 1960, conformando um material didático para o ensino de AP; e
- III. Na adoção e adaptações para o Brasil da tecnologia administrativa norte-americana, principalmente das técnicas/especializações de *house-keep-activities* (atividades-meio) organizacionais aplicadas ao setor público, que se apoiam na vocação instrumental para o estudo das áreas funcionais de pessoal, orçamento e material.

Com a concretização da EBAP na então ‘capital política do país’, a FGV voltou-se para a criação de uma escola de administração de empresas no ‘coração e cérebro da iniciativa privada’. Em 1954 nascia a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)⁵, instituindo um bacharelado destinado ao ensino das ‘modernas técnicas empresariais’, ou seja, a outra cara metade da formação acadêmica em administração. Destes feitos de *institution building*, com um centro de preparação de especialistas para a burocracia estatal no Rio de Janeiro e uma *business school* em São Paulo, a FGV introduzia o ensino superior de administração no país. Em relação à administração pública, a práxis ebapiana moldaria um *ethos* no ensino de graduação (e, adiante, na pós-graduação), contribuindo para o surgimento de institutos, escolas e faculdades de AP em capitais de norte a sul, quer nas universidades públicas, quer nas instituições de ensino superior (IES) privadas.

Seis meses após o estabelecimento da EBAP, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FCE-UFMG) fundava seu ‘Curso Extraordinário de Administração Pública’, de nível superior, com a finalidade de “(...) atender aos reclamos da área administrativa dos governos, numa época em que a gerência dos negócios públicos, dadas as novas tarefas que a expansão econômica e social atribui ao Estado, assumiu primordial relevância” (MACHADO, 1966, p. 79, grifo nosso). Com tal objetivo, o currículo deste curso englobava uma fundamentação (nos dois primeiros anos) e as técnicas administrativas (no terceiro e quarto anos). Esse desenho curricular – semelhante ao da EBAP – atendia a profissiografia do administrador público dos anos cinquenta no Brasil, baseada no *management* da escola clássica aplicado aos órgãos, repartições e agências governamentais⁶. Entendia-se, naquela década, que as funções/ocupações do bacharel em AP referiam-se metódica e meticulosamente às atividades de estruturação, gestão e fiscalização dos serviços públicos.

Além dos currículos que vigoravam na formação acadêmica e nos programas de T&D da época, essa concepção do administrador público é comprovada, naturalmente, pelos títulos dos livros-textos e dos *papers* científicos que se produziam nesse campo do saber. Observe, por exemplo, as denominações de ensaios e estudos documentados pelos Cadernos de Administração Pública da EBAP no quadriênio 1954-1957, redigidas no quadro 1.

⁵ Sobre as origens e trajetória da EAESP, ver COSTA (1984, p. 126-132) e D’ARAÚJO (1999, p. 138-175).

⁶ Ver MIRA Y LOPES, E. A Profissiografia do Administrador. In: *Cadernos de Administração Pública - EBAP* (n. 30), 1955.

Quadro 1 – Amostra dos Cadernos de Administração Pública da EBAP (1954-1957)*

| | Designação | Nº. | Ano |
|----|---|-----|------|
| 1 | Publicidade Administrativa no Setor Público | 3 | 1954 |
| 2 | Teoria dos Departamentos de Clientela | 4 | 1954 |
| 3 | Departamentalização no Nível Ministerial | 10 | 1954 |
| 4 | As Funções da Administração de Pessoal no Serviço Público | 12 | 1954 |
| 5 | Centralização de Compras para o Serviço Público | 14 | 1955 |
| 6 | Relações Públicas no Governo Municipal | 24 | 1955 |
| 7 | Classificação de Cargos no Serviço Público | 27 | 1955 |
| 8 | Principais Processos de Organização e Direção | 28 | 1955 |
| 9 | A Ambiência da Administração Pública | 31 | 1956 |
| 10 | Orcamentos Públicos | 40 | 1957 |

Fonte: Elaboração dos autores.

2. A ampliação dos Cursos de AP no país com o PBA-1 e o panorama internacional

Até 1958 o bacharelado em administração pública no país consistia nos cursos da EBAP-FGV e da FCE-UFMG. Todavia, isso mudaria com a assistência técnica norte-americana; do apoio da ONU à FGV sucedeu o financiamento da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) que beneficiou, além da EBAP e a EAESP, a UFBA e a UFRGS. Firmado entre o governo daquele país e o MEC em 1959, e designado como Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas (PBA-1), o acordo com a USAID possibilitou o aperfeiçoamento dos bacharelados da FGV e a criação da graduação em AP naquelas universidades federais.⁷ Somente a UFMG renegou tal auxílio.

Registra-se que o crescente do aparelho do Estado brasileiro – incluindo governo nacional e subnacionais e suas respectivas administrações indiretas – na virada dos anos sessenta, ocasionava o aumento da demanda por maior e melhor capacidade administrativa, ampliando o mercado de trabalho no serviço público. Equivalentemente, o surto de industrialização no mandato de Juscelino Kubitschek instava pela profissionalização de gestores para as insígnias empresas privadas que se estabeleciam e progrediam no país. Destas oportunidades, o ensino superior de administração se avigoraria. (COVRE, 1991).

Neste pró-ciclo estatal e favorecido pelo PBA-1, a graduação em administração pública irradiar-se-ia nacionalmente. As três IES deste campo do saber avivadas pelo acordo – EBAP-FGV, UFBA e UFRGS –, tornaram-se pólos de difusão desse ensino, seja academicamente (bacharelado e programa de mestrado), seja promovendo cursos de aperfeiçoamento e realizando consultorias (predominantemente, de reforma administrativa). Assinala-se que a EBAP, pela sua senioridade, postou-se como sede – de treinamento e intercâmbio – do PBA-1, disseminando suas boas práticas para as escolas recém-criadas e referenciando a montagem de outras. (FISCHER, 1984).

⁷ No âmbito do PBA-1 essas IES receberam uma missão de professores norte-americanos encarregados de elaborar currículos, divulgar métodos de ensino, preparar material bibliográfico e selecionar pessoal para estudos de pós-graduação *stricto sensu* e formação docente nos EUA. Até o término do programa (1965), foram enviados 45 docente-bolsistas àquele país, sendo a *University of Southern California* a anfitriã em administração pública. (MARTINS, 1989, p. 666).

Afora a UFBA e UFRGS, entre 1960 e 1965, as seguintes IES instituiriam o bacharelado em administração pública no Brasil:

- Escola Superior de Adm. da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE (1959);
- Fac. de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Paraná, UCPR (1959);
- Escola de Administração do Estado do Ceará, UECE (1961);
- Instituto Central de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, UNB (1961);
- Fac. de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba, UFPB (1963);
- Fac. de Ciências Econ. e Administrativas da Universidade de São Paulo, USP (1964);
- Escola de Administração da Universidade Federal do Pará, UFPA (1964);
- Fac. de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas, UFAM (1965);
- Fac. de Administração da Fund. do Ensino Superior de Pernambuco, FESPE (1965); e
- Fac. de Adm. da Univ. para o Desenv. do Estado de Santa Catarina, UDESC (1965).

(MACHADO, 1966; WAHRLICH, 1967).

Analisando as grades curriculares de alguns de cursos, nota-se que a irradiação do ensino de graduação em AP no país se fazia acompanhar da diversificação do seu *modus operandi*; enquanto o bacharelado da UECE (da mesma forma que na UFPB, UFPE, UCPR e FESPE) era único e exclusivamente de administração pública – tal como na EBAP –, o curso da UFBA (assim como da UFRGS, UFPA e UFAM) mantinham grades curriculares comuns nos dois primeiros anos para os estudantes de administração pública e de empresas, bifurcando-se no terceiro e quarto anos. Na UNB (e similarmente na USP⁸), o programa de administração pública constava de um ciclo básico com os de administração de empresas (AE), economia e direito, entre o primeiro e o quarto semestre, e de um ciclo profissionalizante à parte, do quinto ao oitavo semestre. Essas três alternativas não incluíam tão-somente o curso da UDESC, o qual integrava as instruções de administração pública e de empresas nos quatro anos, conferindo o diploma de bacharel em administração, sem adjetivações. Esta formatação, involuntariamente, prenunciava a tendência dos anos setenta para o ensino de graduação em administração no Brasil: a formação de ‘generalistas’ em ciências administrativas.

Nos Estados Unidos, desde os anos cinquenta, os especialistas em *public management* propunham e debatiam intensa e controversamente a fusão entre o ensino de AP e AE.⁹ A proposta não se consumou, mas resultou na aproximação desses campos do saber no nível de *undergraduate*. Nos anos sessenta, o bacharelado em AP se consolidava com uma formação acadêmica de natureza e escopo geral entre a ciência administrativa e a ciência política, afastando-se da especialização. Destarte, o aprofundamento em uma área, setor ou função pública deslocava-se para a pós-graduação, dilatando-a como expediente de capacitação e aperfeiçoamento para o serviço civil; em 1961, o Departamento de Saúde, Educação e Bem-

⁸ NA FCEA-USP, as graduações de economia, contábeis, atuária, administração pública e administração de empresas tinham um ciclo básico no primeiro ano que precedia a formação profissional nos três últimos anos, para os cursos diurnos, e nos quatro últimos anos, para os cursos noturnos. (TOLEDO; TREVISAN, 1984).

Estar do governo federal norte-americano enumerava, em relatório de pesquisa¹⁰, 145 programas de estudos pós-graduados em administração pública no país, conduzidos por 83 IES. Em linhas gerais, esses cursos se dividiam em:

- a. cursos acadêmicos de *Masters of Arts* (MA), *Master of Science* (MSc) e *Philosophy Doctor* (PhD) oferecidos em departamentos de ciência política (ou governo), como os das universidades de *Chicago, Yale, Stanford, Johns Hopkins e Wisconsin*; e
- b. cursos profissionalizantes de *Master of Public Administration* (MPA) e *Doctor of Public Administration* (DPA) conduzidos por escolas de *public management* (ou *public affairs*), como as das universidades de *Southern California, Harvard, New York, Princeton e Michigan*.

Não obstante, Waldo (1964, p. 54) observa que no ensino de graduação em AP daquele país, ainda que predominasse uma educação em amplitude em vez de sua particularização, os cursos tinham, subtendida ou formalmente, alguma ênfase: seja por nível de governo (administração municipal, estadual, federal ou internacional); seja pelas subáreas funcionais da organização pública (recursos humanos, finanças públicas, análise organizacional, dentre outras). Ademais, com o intervencionismo do Estado na economia e o incremento das atividades estatais no cerne do *keynesianismo* norte-americano nos anos sessenta, apareceriam as ênfases de planejamento governamental (desenvolvimento econômico-social, estudos urbano-regionais, política comercial, aspectos regulatórios, e assim por diante) e de análise setorial (educação, saúde, agricultura, assistência social, etc.), vulgarizando as expressões *public sector* e *public policy*, respectivamente. Resumindo: o ensino de administração pública nos Estados Unidos regido pelo *Progressive Reform Movement* outrora, transcendia os princípios da administração científica, envolvendo – crescentemente – as diretrizes/funções públicas.

Na América Latina, simultaneamente, o despertar do enfoque da administração para o desenvolvimento (APD)¹¹ robusteceria o estudo da macroeconomia, do desenvolvimento econômico-social, do planejamento governamental, da sociologia da administração, dentre outras disciplinas, nos currículos de administração pública; para uma evidência no Brasil, vide o grifo nosso no quadro 8. Tomada como um ideário pelos Estados nacionais no pós-guerra e materializada por uma imersão metodológica voltada para planificação (e execução) de mudanças e/ou transformações sócio-econômicas em um contexto histórico-cultural específico – sobretudo em países subdesenvolvidos –, a APD insuflaria na ambiência do ensino e pesquisa latino-americano em administração pública uma abordagem interdisciplinar, desdobrando-a: ao lado dos estudos técnico-processuais dos fenômenos administrativo-organizacionais do serviço público, erigiam os estudos sobre a ecologia da administração, a estrutura político-administrativa e as instituições de governo comparadas, olvidados pelo apriorismo da gerência científica. As ‘verdades imutáveis para todas as situações’ preconizadas pela escola clássica ianque confrontar-se-iam com os estudos teóricos e empíricos – de pressupostos cepalinos – das condições subjacentes e específicas dos países hispano-americanos e do Brasil. (KLIKSBERG, 1983).

¹⁰ *Graduate Study in Public Administration*. Washington: U.S. Office of Education, 1961. Apud CUNHA (1981, p.10).

¹¹ Introduzido na América Latina em geral e no Brasil em particular pela assistência técnica norte-americana, a APD relacionou o processo de modernização administrativa (pelo qual o Estado e a sociedade incorporam novas instituições, formas organizacionais e tecnologias que lhes permitam atingir eficiente e eficazmente os novos e/ou renovados objetivos) com o do desenvolvimento econômico-social, integrando as ações de reforma administrativa nas estratégias de planificação econômica; a interrogação era como transformar as burocracias de tipo colonial em instrumentos de mudança social. Ver THOMPSON, 1964; e CAIDEN; CARAVANTES, 1982.

Em conseqüência, o receituário que prescrevia ‘–tome uma porção de Henry Fayol, adicione-lhe uma dose de Frederic Taylor e misture-as na fórmula de Luther Gulick’, indicado para todo e qualquer mal administrativo no governo, relativizar-se-ia: a administração pública postava-se, cada vez menos, como uma questão de gráficos e organogramas ou de engrenagens e roldanas e, cada vez mais, como um amálgama das atividades público-estatais, culturalmente amoldadas e, portanto, diferenciadas entre as nações. No Brasil, o culto aos ditames/modelos administrativos – mimeticamente – importados seria amenizado com a análise das questões e problemas nacionais, avolumando os estudos sobre a história e a realidade político-administrativa e econômico-social do país no ensino de administração pública. O bacharelado neste campo do saber ampliava-se e aperfeiçoava-se, mas o ensino e a profissão encontravam-se, ainda, sem regulamentação.

3. Os antecedentes da regulamentação do ensino e da profissão no Brasil

A regulamentação do ensino de graduação em administração no Brasil inicia-se, indiretamente, pelo reconhecimento do governo federal ao Curso de Formação da EBAP uma década após a sua fundação – Decreto nº. 1108, de 30 maio de 1962. Atenta-se que, nos tempos idos, a escola diplomara cerca de 200 alunos neste bacharelado em AP. (MACHADO, 1966, p. 40). Sem direitos e prerrogativas para exercerem seu ofício e preocupados com os contornos de seu mercado de trabalho – ocupado por bacharéis em economia e direito –, os egressos da EBAP, conjuntamente com seus professores e técnicos de administração do DASP, empenhar-se-iam para institucionalizar a profissão de administrador no país;¹² no final de 1960, organizaram a Associação Brasileira de Técnicos em Administração (ABTA), aliando-se para elaborar um projeto de lei neste sentido.

Nas palavras de Fany Tchaicovsky – presidente da Academia Brasileira de Ciências da Administração, “se o primeiro grande movimento da ciência administrativa no Brasil foi a criação da FGV, a segunda onda foi a pressão gerada pela ABTA para regulamentar a carreira” (apud CRA-RJ, 2005, p. 8); uma das contendas que desagradava os ex-alunos e profissionais de administração era o questionamento dos órgãos de representação dos economistas às atividades dos administradores recém-formados, inclusive, na Justiça do Trabalho com a impetração de mandados de segurança contra as faculdades que ministravam tal ensino e com a invocação de processos contra os bacharéis desses cursos. Das diligências da ABTA adveio o projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados em 1963, pelo deputado (e técnico de administração do DASP) Alberto Guerreiro Ramos. Neste ano o senador Wilson Gonçalves apresentou, também, um texto com modificações, alternativo ao do deputado (e da ABTA). Após dois anos de trâmite, entre embates e contestações, foi aprovada, em 1965, a Lei nº. 4.769, regulamentando a profissão de Técnico de Administração, fundamentada na autoria do senador.

Dentre os fatores que levaram o MEC a reconhecer, pela primeira vez, um curso de graduação em administração no país, presume-se: (i) os anseios e pressões de eminentes professores da EBAP desde meados dos anos cinquenta; (ii) o florescimento desse ensino em IES federais em decorrência e pela magnitude do PBA-1 a partir de 1959; e (iii) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) publicada em 1961 após quinze anos entre discussões e construções, a qual dispunha sobre a ampliação das áreas/campos de estudos no ensino superior nacional, tal como aventava os educadores do Conselho Federal de Educação da

¹² Algumas IES e acadêmicos desta área de conhecimento eram, porém, favoráveis tão-somente a regulamentação do ensino, opondo-se à da profissão. Na EAESP, quando o governo federal regulamentou a profissão, a congregação aprovou uma moção de repúdio a tal “*mecanismo de reserva de mercado*”.

época, entre os quais, signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Trata-se, porém, de especulações dos autores baseadas em evidências bibliográficas e documentais indiretas e no depoimento do Prof. Paulo Motta – em entrevista realizada por Coelho (2006).

Ainda, após dez meses da regulamentação da profissão, privativa aos bacharéis em administração pública ou de empresas e ‘gestores praticantes’ (indivíduos com, pelo menos, ensino secundário e cinco anos de atividades próprias ao campo profissional do administrador), o Conselho Federal de Educação fixaria o primeiro currículo mínimo do curso de graduação em administração pelo Parecer nº. 307 e Resolução S/N, de 8 de julho de 1966, conforme os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A profissão e o ensino de administração eram, finalmente, sancionados no Brasil, vinte e cinco anos após a criação da carreira de técnico de administração pelo DASP e metade deste intervalo de tempo depois da instalação do Curso de Formação da EBAP-FGV.

4. À Guisa de Conclusão

Assim, o ensino de graduação em administração pública, introduzido e semeado no Brasil entre 1952 e 1965, culminava com a instituição da categoria profissional e com a oficialização da formação acadêmica. Nascido sob o signo da gerência científica na EBAP, o bacharelado em AP reproduziu-se em IES pelo país, preponderantemente nas universidades federais, com a ascendência da administração para o desenvolvimento, na proporção que aos processos administrativos do governo agregavam-se as funções econômico-sociais do Estado. Em meados dos anos sessenta, dos 31 cursos de administração existentes no país, dois terços eram de administração pública ou enfatizavam este campo do saber.

Essa vivacidade e fluidez do ensino superior de administração pública nacional no início dos anos sessenta, marcada pela sua expansão e ratificada pela formação de um corpo de docentes, estudiosos e técnicos neste campo do saber espalhados pelas IES (e centros de T&D e assistência técnica como o DASP, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, dentre outros) no ápice do desenvolvimentismo no país, declinaria em meados dos anos setenta com a erosão do *ethos* da administração pública pelo ‘Estado-Empresa’, resultando na absorção do magistério de AP pela graduação em AE e, portanto, na perda de sua identidade.

Referências Bibliográficas

BOMENY, H; MOTTA, M. (org.). *A Escola que faz Escola: EBAPE – 50 anos (depoimentos ao CPDOC)*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

CAIDEN, G; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, jan./mar., 1982.

COELHO, F.S. *Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, mimeo, 2006.

COSTA, J. *Fundação Getulio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1984.

COVRE, M. L. *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

CRA– RJ (org.). 40 anos de Administração. In: *Revista do Conselho Regional de Administração*, setembro de 2005 (edição especial), p. 4-10.

CUNHA, A. Educação em administração pública: retrospectiva e perspectivas da experiência norte-americana e reflexões sobre o caso brasileiro. *Revista de Administração Pública*, jul./set., 1981.

D’ARAUJO, M.C. *Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio

Vargas, 1999.

FISCHER, T. *O Ensino de Administração Pública no Brasil: os ideais de desenvolvimento e as dimensões de racionalidade* (1948-1984). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, mimeo, 1984.

KLIKSBERG, B. *Universidad, formación de administradores y sector público en América Latina*. México D.F: CLAD, INAP, Fondo de Cultura Económica, 1983.

MACHADO, M. *O ensino de administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1966.

MARTINS, C. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983). *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, jul., 1989.

NICOLINI, A.M. *Aprender a governar: a aprendizagem dos dirigentes públicos para as carreiras de Estado*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal da Bahia, mimeo, 2007.

THOMPSON, V. Administrative Objectives for Development. *Administrative Science Quarterly*, jun., 1964.

TOLEDO, G; TREVISAN, G. O Departamento de Administração (1946-1969). In: CANABRAVA, A (org.). *A História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1946-1981)*. São Paulo: FEA-USP, 1984.

WAHRLICH, B. *Formação em administração pública e de empresas: programas específicos ou integrados numa sociedade em desenvolvimento*. Documento apresentado na Reunião do Instituto de Ciências Adm., realizado em Copenhague, em julho de 1967. Publicado na Revista de Adm. Pública, jul./dez., 1967.

WALDO, D. *O Estudo da Administração Pública*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1964.